A ESCOLA SOB O DOGMA DO MERCADO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DO PROTAGONISMO DO SETOR PRIVADO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

DENISE CAMARGO GOMIDE
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
dcgomide@gmail.com

O processo de globalização possibilitou a abertura política do país e quebrou as barreiras que impediam que as forças do capital ocupassem amplos espaços. Com este ciclo de expansão do capital, a qualidade da educação passou a ser analisada sob a lógica do mercado. Nesse contexto, foram implementadas no Brasil a Reforma do Estado e a Reforma Educacional que preconizavam reestruturar o Estado no sentido de desconstruir o Estado-providência em prol de um Estado máximo para o capital, tornando o sistema educacional em campo de domínio do capital e da produção de mercadorias. Sendo assim, com o deslocamento da educação pública para uma atividade a ser operada em sintonia com o chamado *livre mercado*, a principal tendência da agenda educacional atual é o enfraquecimento da escola pública.

Palavras-chave: Público-Privado. Reformas Educacionais. Privatização.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe diretrizes de análise a partir da identificação histórica de formas de privatização da educação pública que exigem uma investigação mais aprofundada, destacando formas prioritárias de atuação e de legitimação dos projetos do empresariado para a educação.

O período histórico compreendido para esta análise preliminar inicia-se em 1984 até os dias atuais, período este caracterizado principalmente pelo processo de globalização, transição democrática e educação (inter)nacional.

O processo de globalização desencadeado a partir dos anos 80 possibilitou a abertura política do país e quebrou as barreiras nacionais (territoriais) que impediam que as forças do capital ocupassem amplos espaços, criando assim possibilidades inéditas de expansão e acumulação.

Com este novo ciclo de expansão do capital, a questão da qualidade da educação, tomada hoje em nível mundial, como fator de desenvolvimento econômico passou a ser analisada sob a lógica do mercado, e traduzida em índices e *rankings.*

Nesse contexto, foram implementadas diversas reformas, como, por exemplo, a Reforma do Estado e a Reforma Educacional que preconizavam reestruturar o Estado no sentido de desconstruir o Estado providência em prol de um Estado máximo para o capital, convertendo assim o sistema educativo em campo de domínio do capital e da produção de mercadorias.

No campo educacional, a livre expansão do capital permitiu uma maior abrangência do seu campo de ação, dando continuidade e ampliando a tendência privatizante dos anos da Ditadura Militar. Nesse sentido, este período histórico foi o cenário da maior perda para o ensino público quando a Constituição Federal de 1988 escancarou as portas, que na verdade nunca foram fechadas, para que o setor privado pudesse se apropriar de novas fatias do público para a educação, justamente por não garantir a destinação exclusiva dos recursos públicos para as instituições de ensino mantidas pelo Estado.

No tocante às reformas, o discurso da qualidade foi então a base da Reforma do Estado que pretendia tornar mais eficiente o desempenho da máquina governamental, proporcionando serviços de melhor qualidade para os cidadãos. Contudo, se adequando aos interesses estratégicos dos agentes governamentais, o foco parece ter se deslocado para a esfera administrativa, incluindo aí a parceria público-privada como uma das estratégias

utilizadas em âmbito governamental, que através de parcerias com setores do mercado passou a assumir a prestação de serviços públicos antes compreendidos na esfera estatal.

METODOLOGIA

A construção desta análise, sob uma ótica crítica e de referencial marxista, considerou as categorias *gramscianas* que ajudam a compreender o papel da sociedade civil na construção da *hegemonia* e as relações de poder implícitas nas políticas governamentais.

A partir dessas questões, procuremos, a partir da compreensão de Gramsci sobre a educação unilateral referenciada no conceito de Capital Humano, indagar sobre a redefinição da função social da escola pública diante da presença desses organismos privados.

A relevância do tema se confirma porque difunde uma identidade social que se opõe ao posicionamento dos educadores que defendem a educação pública comum, única e desinteressada, expressa na *Escola Unitária* de Antonio Gramsci:

> *A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. (GRAMSCI, 2006, p. 121).*

RESULTADOS

Nessa perspectiva, podemos inferir que o campo econômico passa a exercer influência e dominação sobre todas as esferas sociais fazendo com que as políticas públicas sejam orientadas por este novo padrão, especialmente as políticas educacionais: *"trata-se de um 'novo padrão desenvolvimentista' a partir do qual o campo econômico constitui-se na 'mola-mestra' em torno da qual se articulam o social e o educacional"* (SOUZA, 2010, p. 91).

Assim, a questão do financiamento público da educação se destaca entre as estratégias da Reforma Educacional e faz parte de uma intricada rede de interesses políticos e

econômicos das mais diversas ordens e se insere numa problemática mais ampla e polêmica, que é o mercado educacional, vislumbrado após a inclusão da educação como um serviço na Organização Mundial do Comércio (OMC) na década de 1990.

Na historiografia educacional brasileira, a temática do público e do privado tem sua origem em 1821 (CURY, 2005) quando passa a atestar a ineficiência e incapacidade do Estado Nação em garantir a educação básica, que na época se definia como o ensino das primeiras letras e, hoje, século XXI, é incapaz de dar conta da educação com qualidade.

Ao longo da história, a educação passou por mudanças, mas continua sendo uma arena de embates ideológicos, políticos e culturais. Impulsionadas pela globalização hegemônica e transformações na economia, as parcerias entre setor público e privado têm se efetivado principalmente através de transferências de serviços historicamente considerados privativos do poder público para grupos privados e tornam-se recorrentes em vista do crescimento desta prática no Brasil.

Nessa perspectiva, o cenário educacional brasileiro passa a adquirir novas configurações diante do mundo globalizado, colocando em evidência e em posições decisivas a lógica mercadológica, contrapondo-se ao Estado que passa assumir uma postura de mero expectador. No entanto, vale ressaltar que na "saída" do processo educacional, o Estado, ironicamente, vem atuando como regulador, na medida em que impõe mecanismos de avaliação, cujos resultados encontram-se atrelados a metas, índices, *rankings*, que valem direta ou indiretamente recursos financeiros, tanto para instituições públicas, governos e instituições privadas.

DISCUSSÃO

Diante da postura do Estado enquanto regulador, no sentido de "garantir" a qualidade da educação através de mecanismos externos de avaliação, retomaremos o conceito de qualidade nas últimas décadas, fazendo um panorama histórico do desenvolvimento do conceito e suas implicações na educação até a década de 90, quando então o debate sobre a qualidade na educação se tornou mais acirrado.

Na década de 20 do século passado, a noção de qualidade emerge no processo de industrialização, associada à idéia de tempo e de eficiência do trabalhador no desempenho de suas tarefas: "qualidade" tinha como referente o "controle de defeitos de fabricação". Esse padrão permaneceu nas décadas de 30, 40 e 50, orientado pela teoria e pelos métodos da administração científica desenvolvida por Taylor.

Na década de 60, chegaram as experiências com inovações nos métodos de controle de qualidade dos produtos, que ficaram conhecidos como "Controle de Qualidade", caracterizando-se como controle de processos que englobava toda a linha de produção, desde o projeto até o acabamento.

Na década de 70, a experiência japonesa foi apropriada pelos Estados Unidos, que incrementaram algumas modificações de natureza administrativa e atribuíram ao referente de qualidade, não só o objetivo de evitar defeitos de fabricação, mas, de organizar toda a produção para atingir determinadas metas de produtividade, o que ficou conhecida como "administração por objetivos".

Nos anos 80, a evolução dessa prática administrativa adquiriu a designação de "Gestão pela Qualidade Total". E, assim, acompanhando a mudança da denominação, o referente também foi deslocado de "produto sem defeito" para "cliente sem defeito".

Na década de 90, a prática da gestão e controle do processo de trabalho foi comumente designada com a expressão "Qualidade Total", procurando construir um discurso de gerência moderna. Esse discurso de gerência moderna procurou trazer novos sentidos para a prática de gerenciamento, tornando-se uma das formas de representação da ideologia do mercado.

A partir então do início da década de 1990 há um processo de reconfiguração de políticas econômicas e educacionais, e profundas reformas que se estendem da redemocratização política à liberalização e à redução da sua esfera pública (Estado menor) e da reconstrução de sua regulamentação para expandir a esfera privada, sob uma lógica de otimização de recursos, com uma tendênciaem vincular a educação a um discurso de qualidade sob a lógica empresarial: racionalização administrativa e processos produtivos atrelados a critérios de eficácia e eficiência, sintonizando-se com o desenvolvimento econômico para que o Estado possa competir no mercado internacional.

Nessa perspectiva, o discurso da qualidade passa, assim como nas empresas, a ser a principal meta propagada pelo discurso político oficial dos governantes, como sinônimo de eficiência e eficácia, termos estes basilares do modelo empresarial, destacando-se assim como motor desencadeador de novas políticas e programas de ações na área educacional.

Contudo, diante dos baixos resultados em avaliações, nacional e internacional, como Pisa, Prova Brasil; Saeb; Enem, Enade, amplamente divulgados e criticados pela mídia nacional e internacional, que refletem nos índices do IDEB ([Indice de Desenvolvimento da Educação Básica) e no IGC (Índice Geral de Cursos), a educação pública torna-se notícia mercadológica de jornal e ganha espaço na mídia.

Apple (2004, p. 45) afirma que *"estamos em um período de reação em educação devido aos fracassos da mesma"* e entende que nessa nova conjuntura política e econômica, o fracasso da educação é interpretado como prejudiciais ao desenvolvimento econômico e perda de competitividade internacional e, portanto, a escola e o ensino passam a ser vistos como investimento e o aluno como capital intelectual.

Diante da profunda crise da social-democracia e do Estado do Bem-Estar que marcou profundamente as últimas três décadas do século XX, novas exigências se puseram para a economia e para o Estado. As demandas da chamada sociedade do conhecimento pressionavam a educação a mudar. Essa mudança foi provocada principalmente pela diminuição do papel do Estado em vários setores, particularmente, no educacional.

Através de programas de isenções tributárias, transferências diretas e indiretas, como bolsas de estudo para as escolas privadas, além de empréstimos com juros negativos e uma legislação bem flexível e amigável no que diz respeito ao funcionamento das escolas, os militares foram os grandes favorecedores da ação da iniciativa privada no campo educacional. Após o término do período militar, os presidentes civis, em virtude de uma profunda crise fiscal presente no país, começam um movimento pela redefinição das funções do Estado. Essa redefinição tornou-se mais evidente a partir do Governo Collor, quando se iniciou o programa de privatização. Nesse contexto, os investimentos no setor público foram decrescendo em relação aos do setor privado, deslocando o eixo norteador das políticas implementadas para a lógica de mercado.

Sendo assim, com o fim do regime militar, essa ideologia privatista ganhou força e aos poucos se incorporou às idéias e práticas já arraigadas no Brasil. Os grupos econômicos privados passaram a acusar o Estado pela crise dos anos 80. A retomada do processo inflacionário, a manutenção de uma grande, onerosa e desnecessária burocracia, e a crescente dívida interna atribuída à necessidade de empréstimos a juros cada vez mais altos, alimentando uma especulação financeira sem precedentes, são alguns dos fatores apontados por esses grupos econômicos interessados no mercado educacional.

Nessa luta ideológica, podemos definir o termo "privatismo brasileiro" a partir de Cunha (1995, p. 11) *"como a prática de pôr a administração pública a serviço de grupos particulares, sejam econômicos, religiosos ou político-partidários".*

Genericamente, o termo privatização designa as iniciativas que ampliam o papel do mercado em áreas anteriormente consideradas privativas do Estado, não só a partir da venda de bens e serviços de propriedade exclusiva do Estado, mas, também, da liberalização de serviços, até então de responsabilidade do Estado como a educação, saúde e meio

ambiente.

A prestação de serviços educacionais no Brasil pelo setor privado já vinha se expandindo desde a década de 1960, mas foi intensificado a partir da década de 1970, quando foi inaugurado o primeiro programa governamental de privatização. As políticas educacionais, posteriores à década de 1980, atendiam às recomendações do Banco Mundial que, após a eclosão da crise do endividamento, passou a impor uma série de condicionantes para a concessão de novos empréstimos. Soares (1996) afirma que os programas de ajuste do Banco Mundial possuíam cinco eixos principais, dentre os quais destaca-se, aqui, a privatização das empresas e dos serviços públicos.

Contudo, foi na década de 1990 que esta discussão efetivamente veio à tona, de modo mais específico com o início do governo Collor quando o Estado passou a delegar a maior parte de suas obrigações ao setor privado, se limitando apenas àquelas de caráter assistencial para os cidadãos cujo poder aquisitivo não permite pagar por um serviço privado.

Essa interferência do privado no setor público pode ser identificada na legislação que, segundo Cunha (2000) favoreceu a iniciativa privada e reconheceu as instituições privadas com finalidade lucrativa a partir da LDB de 1996, ao mesmo tempo em que mantinha estagnados os recursos financeiros para as instituições públicas.

Em 30 de dezembro de 2004 foi aprovada a Lei de nº 11.079 (BRASIL, 2004), que trata das Parcerias Público-Privadas – PPPs, instituindo normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública. Desse modo, excetuando o poder de regular, legislar e policiar, todo o restante poderá vir a ser objeto de ação do setor privado.

É bem verdade que grandes expectativas nortearam a transição entre os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva no tocante a educação pública.

No entanto, a desmobilização das principais entidades que representavam a classe trabalhadora, refletiu negativamente na militância em defesa da escola pública. As políticas educacionais governamentais passaram a convergir com as proposições educacionais do empresariado. Este movimento se expressa através do que se tornou o maior empreendimento da educação de Lula: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A partir de então, o empresariado passou a ter grande expressão na educação pública brasileira com a concomitante ascendência do grupo empresarial "Movimento Todos pela Educação" que se legitimou com o decreto presidencial do PDE. Este decreto,

na prática, revogou a lei do PNE e teve como principal objetivo a instituição de programas educativos de caráter fragmentado, de gestão privada e que não incidem sobre a ampliação dos direitos no campo educacional (SAVIANI, 2007).

Como forma de legitimar a política privatizante encaminhada pelo PDE, expressa pelas parcerias público-privadas para todos os níveis e modalidades de ensino, o próprio decreto institui a realização de um exame padronizado de conhecimentos pelos alunos das escolas públicas, que gera o IDEB. Hierarquizando o repasse financeiro às escolas públicas a partir de um sistema de gratificações meritocrático, repassa-se um maior montante às escolas que atingiram maior IDEB, que curiosamente coincidem com aquelas em que as fundações privadas tem atuado mais efetivamente, inclusive definindo os conhecimentos a serem priorizados na escola tendo em vista à realização dos testes.

Os convênios estabelecidos com a iniciativa privada, em geral sob forma de parcerias, estão no âmago da redefinição da função do Estado como provedor da educação pública, de forma que os particularismos defendidos pelos grupos empresariais investidores agora têm espaço para definir o caráter da escola pública, expressando um papel cada vez mais orgânico dos interesses da burguesia. Desta forma, o capital se torna também mais presente nos assuntos relativos à formação humana e a educação passa a constituir-se como um espaço de disputa de projetos sociais de classe, no qual cabe ao capital forjar um *ethos* coerente com o novo espírito do capitalismo.

Além de definir a pauta do conhecimento difundido na escola, o empresariado se vale de algumas vantagens como as generosas isenções tributárias e da associação positiva de sua imagem aos serviços típicos de Estado.

Após a resistência contra as reformas do Estado e da deslegitimação do neoliberalismo explícito, os governos comprometidos com as políticas neoliberais estão retomando estas reformas valendo-se de mecanismos persuasivos e do discurso ideológico. Afirma-se que é possível manter os valores do público no setor privado, através do conceito de *"publicização",* atualizado nas novas formas de organização da sociedade civil. Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, "publicização" equivale *"(...) a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica."* (BRASIL, 1995, p.1).

CONCLUSÃO

Diante dessas considerações, entendemos que a luta histórica dos educadores em defesa de uma escola pública, obrigatória, gratuita, laica e que cumpra com o papel de transmissora dos conhecimentos historicamente construídos, não pode ser negligenciada nem mesmo interrompida pela expansão do protagonismo do setor privado e da crescente desresponsabilização do Estado com educação pública.

É fato que a presença desses organismos privados redefine a função social da escola pública, ao preconizar uma educação comprometida com o capital, e por isso necessita ser repensada, avaliando suas origem histórica e suas conseqüências, identificando qual o sentido da educação veiculada por essa iniciativa da sociedade civil dirigida pelo empresariado.

A formação preconizada pelos projetos do empresariado para a educação não é capaz de garantir o ensino *"desinteressado"* e sem *"finalidades práticas imediatas ou muito imediatas; formativo ainda que instrutivo, isto é, rico de noções concretas*" (GRAMSCI, 2006, p.49), conformando uma estratégia educativa pró-sistêmica e incompatível com o público.

Estas questões são de fato instigadoras e incômodas diante do modo que tem se buscado atingir a dita qualidade da educação e, portanto, é preciso questionar as bases ideológicas desse modelo educacional que vem sendo delineado e consolidado, apontando os seus riscos à educação pública, pois com o deslocamento da educação pública para uma atividade a ser operada em sintonia com o chamado *livre mercado*, a principal tendência da agenda educacional atual é o enfraquecimento da escola pública.

Sendo assim, concluímos que em nome da eficiência e da democratização do Estado e da sociedade surgem os instrumentos políticos e administrativos adequados à reprodução ampliada do capital. Estes instrumentos aparecem como elementos discursivos, de caráter ideológico, utilizados para a extração de uma maior taxa de mais-valia e como mecanismos de controle social, como: a flexibilização, a autonomia organizacional, o incentivo à inovação, a descentralização, a gestão por resultados, a administração voltada para o cliente, a negociação de metas e índices de desempenho entre as agências estatais e a utilização de mecanismos de mercado na prestação de serviços públicos (BENTO, 2003), que são nitidamente identificadas nos documentos criadores das novas políticas educacionais e, portanto, devem ser questionadas, considerando que o modelo gerencial das empresas é incompatível com os princípios inerentes à educação verdadeiramente pública.

Neste tipo de formação veiculada nas escolas não há a garantia do ensino

desinteressado. Ou seja, escola básica pública sob uma perspectiva socialista e democrática *"não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que instrutivo, isto é, rico de noções concretas"* (GRAMSCI, 2006, p.49).

Manifesta-se então a necessidade retomar os nexos entre as classes sociais e seus projetos de educação. Em oposição ao Estado burguês e ao mercado, que mascaram os interesses do capital, os projetos educacionais que tem como objetivo a defesa da educação pública de qualidade para os filhos dos trabalhadores devem pautar-se no marxismo por seu inseparável caráter científico e ideológico.

Simultaneamente à difusão do fracasso das escolas públicas através dos índices de desempenho, argumenta-se que a gestão privada é o único caminho para a melhoria da qualidade da educação, já que modelo empresarial está imbuído da "técnica" da administração institucional. Esta tentativa de destituir o Estado da sua imagem competente para gerir as atividades sociais está no bojo das ações da *reestruturação produtiva* do capital na atualidade.

O proposto "ajuste estrutural" ao qual deveriam submeter-se os países capitalistas dependentes, marca assim início da implementação das políticas neoliberais, que sustentam a privatização dos serviços públicos essenciais e um Estado como um mero "regulador" legal destas atividades.

A institucionalização do IDEB é um dos retratos do que o Estado avoca como sua principal função: a "observação" do funcionamento da escola básica de forma a gratificar ou penalizar as escolas conforme aproximação ou distanciamento de um conjunto de "metas" definidas por um consórcio de interesses particularistas.

A educação pública precisa cumprir com a função social de elevar a formação humana, possibilitando, aos filhos dos trabalhadores, os conhecimentos que sempre lhes foram negados. A eles, o Estado Capitalista só oferece as primeiras letras, a mínima instrumentação para o trabalho precário. É por isso que aqueles que vivem o trabalho explorado devem se utilizar das instituições públicas como espaço da luta de classes contra a difusão dos interesses hegemônicos do capital e pela educação que represente de fato uma dimensão da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (orgs.) **Público e Privado na educação: novos elementos para o debate.** São Paulo: Xamã, 2008.

APPLE, Michael W. *Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global*. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, C. A. **Globalização e educação: perspectivas críticas.** Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BARÃO, G. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e os desafios da luta de resistência em defesa da escola pública**. Rio de Janeiro: SEPE, 2009.

BENTO, L. V. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização.** 1ed. Barueri(SP): Manole, 2003.

BEZERRA, E. P. **Parceria público privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino.** Dissertação. Mestrado em Educação. UNESP, Araraquara, 2000.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2001.

_____. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial [da] União**. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF.

_____. **Constituição Federal do Brasil, 1988**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº. 52 de 08 de março de 2006.

BUFFA, E. O público e o privado como categoria de análise da educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T.M.T. (Org.*).* **O público e o privado na história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CUNHA, L.A. Educação pública: os limites do estatal e do privado. *In:* OLIVEIRA, R. P.

(Org.). **Política educacional**: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1995.

CURY, C.R.J. *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas.* In: LOMBARDI, J.C.; JACOMELLI, M.R.; SILVA, T.M. (orgs.) **O público e o privado na história da educação brasileira.** Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, Unisal, 2005.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. (1978). **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEHER, R. *Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu*. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.**1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v.1, p. 369-412.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. e SANFELICE, J.L. (orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2008.

LOMBARDI, J.C. e SAVIANI, D. (orgs). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos.** Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2008.

_____. **Navegando pela história da educação brasileira.** Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2009.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã. 2003.

PINTO, J. M. R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, n.80, p.108-135, set. 2002a.

SANFELICE, J. L. *A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In:* LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T.M.T. (Org.*).* **O público e o**

privado na história da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (orgs). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual.** Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2000.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. Educ. e Soc. Vol. 28 n°100. Campinas: 2007.

_____. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação.** Trabalho, Educação e Saúde, v.6 n.2, p. 213 – 231, jul. /out., 2008.

SIQUEIRA, A. C. *A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS*. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 145-156, maio/jun./jul./ago. 2004.

SOARES, M.C.C. *Banco Mundial: políticas e reformas.* In: TOMMASSI, L.; WARDE, M.J; HADDAD, S. (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, A.L.L. *Estado e educação pública: tendências administrativas e de gestão.* In: OLIVEIRA, D.A.; ORSAR, M.F.F. **Política e Gestão da Educação.** 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 1.ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1968.